



Democratização da Funcf **10 anos da abertura**

A luta por democracia na Funcf soma conquistas como eleições para diretores e conselheiros, alteração do estatuto, novo plano e instalação de comitês técnicos. Mas vários desafios persistem após dez anos de abertura do processo de democratização

10º Jogos da Fenaε

2012

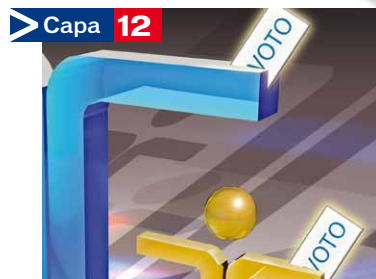
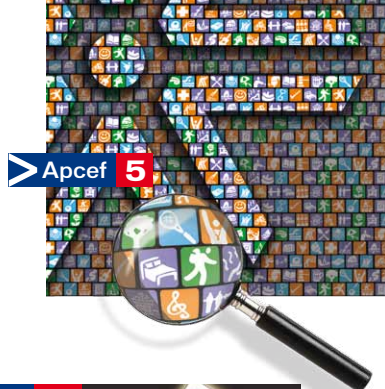


Realização:



Patrocínio:





Expediente:

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, n.º 30, Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar, Brasília (DF) - CEP: 70395-900 - Telefone: (61) 3323-7516 - Fax: (61) 3326-6402 - www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br - **Diretoria Executiva - Diretor-presidente:** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite. **Diretor vice-presidente:** Jair Pedro Ferreira. **Diretora de Administração e Finanças:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. **Diretor de Comunicação e Imprensa:** Daniel Machado Gaio. **Diretor de Esportes:** Paulo César Barros Cotrim. **Diretora de Cultura:** Ely Custódio Freire. **Diretor para Assuntos de Aposentados e Pensionistas:** Olívio Gomes Vieira. **Diretoria Executiva:** Paulo Roberto Damasceno, Kardec de Jesus Bezerra, Maristela da Rocha, Marcos Benedito de Oliveira Pereira. **Conselho Fiscal - Titulares:** Marcos Aurélio Saraiva Holanda, Paulo Cesar Matileti, Laércio Silva. **Suplentes:** Anabele Cristina Silva, Jorge Luiz Furlan, Daniel Pinto de Azeredo. **Conselho Deliberativo Nacional - Presidente:** José Aúreo de Oliveira Junior. **Vice-presidente:** Cely Nascimento. **Secretário-geral:** Vera Lúcia Barbosa Leão. **Gerente de Comunicação:** Eurico Batista. **Jornalistas:** Antônio José Reis, Evando Peixoto, Amanda Vieira e Andréa Viegas. **Fotos:** as não identificadas são de autoria de Augusto Coelho. **Design:** Lisarb Sena de Mello e Marcelo Villodres. **Ilustrações e projeto gráfico:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Mylton Severiano e Fernando Nogueira. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 123 mil exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.



Democracia na **Funcef**

A luta pela democracia na Funcef não é nova. É árdua, constante, e as conquistas são gradativas. Mas passo a passo, vai se consolidando uma gestão paritária e transparente. A gestão compartilhada foi incorporada às reivindicações do pessoal da Caixa desde o início da Fundação, em 1977, e ganhou novos ingredientes ao longo dos anos. Neste mês de maio, completam dez anos do início do processo de eleições na entidade. Começou com a escolha de conselheiros, assegurada pela Lei Complementar 108/2001, e posteriormente, em 2006, o estatuto da Funcef foi alterado para permitir eleições também para os representantes na Diretoria Executiva. Atualmente, os participantes elegem três diretores e nove conselheiros, entre titulares e suplentes, para os Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Dez anos de eleições é um marco importante, que deve ser comemorado, juntamente com vários outros avanços conquistados. Alguns desafios persistem, como o voto de Minerva, que favorece à imposição da patrocinadora diante de importantes temas. O movimento já conseguiu eliminar o uso do voto decisivo para alguns casos, como mudança de estatuto, retirada de patrocínio ou mudança de plano de benefício. Mas, estejamos todos conscientes de que a luta deve continuar, pois, assim como vários obstáculos a serem superados, esse instrumento de controle antidemocrático deve ser totalmente banido da gestão da Funcef.

Se ainda há desafios, a disposição de vencê-los deve continuar. É uma batalha que exige a participação de todos. E o momento é propício para todos darem a sua mais valiosa contribuição, participando das eleições de representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Após tantos anos de luta por democracia, nada mais justo do que exercermos nosso lúdico direito de escolher aqueles que vão nos representar na gestão dos planos de nossa aposentadoria.

Vamos juntos nessa luta! <





Os **benefícios** que as Apcefs oferecem aos seus **associados**

O associado da Apcef que pretender adquirir um carro novo, um computador ou eletrodoméstico, ou ainda cursar pós-graduação ou mesmo fazer uma viagem, pode economizar com descontos especiais oferecidos por meio de convênios mantidos pelas associações em todo o país. Estes são alguns dos vários benefícios que as Apcefs oferecem aos seus associados, além de locais estruturados para a prática de esporte, lazer e cultura.

A importância de ser associado da Apcef é o foco da nova campanha que a Fenae e o Mundo Caixa estão realizando para divulgar e fortalecer as Apcefs. A partir deste mês, os empregados da Caixa vão receber informações sobre como utilizar as vantagens de ser associado. A lista de benefícios é extensa, e muitos desconhecem informações importantes, como poder participar de eventos esportivos e culturais em nível regional e nacional, ou visitar associações de outras regiões do país.

Sem acesso a essas informações, é comum o empregado da Caixa utilizar somente o clube da Apcef, deixando de usufruir outras vantagens. Ao contrário, aquele que utiliza os convênios, por exemplo, faz economia e adquire produtos de excelente qualidade. Algumas associações oferecem diversos serviços, inclusive assistência jurídica, convênio odontológico, convênios com farmácias e supermercados. As estruturas das associações são diversificadas, com excelentes clubes, sendo que alguns oferecem sauna, academia, pousadas, chalés e áreas de pesca.

Para divulgar as Apcefs, os organizadores da campanha vão editar um Guia de Benefícios. Trata-se de um livreto com informações de cada associação, identificando as características de cada entidade. O Guia trará um mapa da localização da Apcef, mostrando aos visitantes as opções de passeios próximos à associação. Os empregados da Caixa vão receber o Guia por via postal. <

Prêmios

Por meio do Guia de Benefícios, a campanha irá sortear um prêmio surpresa entre os associados das Apcefs. Outros prêmios serão oferecidos, inclusive um prêmio instantâneo para cada novo associado. O objetivo da campanha é mostrar que a Apcef é uma importante conquista para os empregados da Caixa, consolidada ao longo de muitos anos de trabalho e força do associativismo. A participação do empregado da Caixa na condição de associado é importante não apenas para a melhoria das sedes das Apcefs, mas para fortalecer a representação política e sindical dos trabalhadores. Informações: www.fenae.org.br



Aumenta a população idosa. Toda atenção aos **seus direitos**

O Brasil tem cada vez menos crianças e mais idosos, conforme demonstram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos às décadas posteriores a 1990

Pelo Censo 2010, as crianças com até cinco anos de idade representaram 7,6% da população, enquanto em 2000 eram 9,8%, e em 1991 eram 11,5%. Na outra ponta, os idosos representavam 4,8% em 1991, e 5,8 em 2000, e chegaram a 7,4% em 2010 (14 milhões de pessoas com 65 anos de idade entre os 190 milhões de brasileiros).

O IBGE divide os idosos em quatro faixas etárias: de 65 a 69 anos, de 70 a 74, de 75 a 79 e acima de 80. O maior grupo é o da primeira faixa. No último levantamento decenal, foram registrados 4,8 milhões de pessoas com idade entre 65 e 69 anos.

As projeções indicam expressivo crescimento da população idosa brasileira até 2050, quando o número de pessoas com 65 anos ou mais deve chegar a 50 milhões, sendo 14 milhões com 80 anos ou mais.

A alteração quantitativa nas faixas etárias é acompanhada por transformações culturais imediatamente traduzidas em inovações no campo do direito. Em 1994, foi instituída por lei a Política Nacional do Idoso e, em 2003, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto do Idoso, com proteção mais ampla às pessoas com idade superior a 60 anos.

Com nove anos de existência, o Estatuto ainda requer maior respaldo da sociedade.

Na opinião do diretor para Assuntos de Aposentados e Pensionistas da Fenae, Olívio Gomes Vieira, **“além de zelar por rigor na aplicação das penas previstas para casos de violência e de abandono, é importante manter vigilância no cumprimento de direitos que envolvem conflitos de interesse e que costumam ser cotidianamente desrespeitados”**.

Algumas das garantias essenciais ao idoso:

- Distribuição gratuita de medicamentos e próteses dentárias pelos poderes públicos.
- Desconto mínimo de 50% em ingressos de eventos culturais e de lazer, além de preferência no acesso aos locais onde os mesmos estão sendo realizados.
- Proibição a limite de idade para vagas de emprego e concursos, salvo os acessos em que a natureza do cargo exigir.
- Contratos novos com planos de saúde sem reajuste em função de idade após 60 anos.
- Critério de desempate em concurso pela idade, favorecendo-se os mais velhos.
- Direito ao benefício de um salário mínimo ao idoso com 65 anos ou mais que não tiver condição de se sustentar.
- Prioridade às pessoas com mais de 60 anos nos programas habitacionais e gratuidade no transporte coletivo urbano e semiurbano para maiores de 65 anos.



Terceira edição dos **Jogos dos Aposentados** em Águas de Lindoia (SP)

Este ano, a cidade paulista Águas de Lindoia recebe a terceira edição dos Jogos dos Aposentados, no período de 22 a 26 de abril. São cerca de 900 participantes, entre atletas, acompanhantes e convidados. O evento mobiliza delegações de quase todos os estados da Federação e tem o patrocínio da Fenae.

Águas de Lindoia pertence ao circuito hidromineral paulista. Fica a 168 km de São Paulo, e a 110 km de Campinas (SP).

As competições dos Jogos dos Aposentados se dão em modalidades individuais, duplas e coletivas. Ocorrem disputas em canastra, corrida rústica, damas, dominó, futebol de salão, futebol society, natação, sinuca, tênis de campo, tênis de mesa, truco, vôlei de quadra, vôlei misto, vôlei de praia e xadrez, entre outras.

A Apea/SP, como anfitriã, programou a abertura dos jogos para a noite do dia 22, na Concha Acústica da cidade, com queima de fogos. Para o encerramento, foi preparada seleção musical para noite de dança.◀

Elaine Rosseti Behring

Estamos preparados para a crise?

A Europa está passando por uma crise econômica que tem reflexos em todo mundo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) advertiu sobre a possibilidade do surgimento de uma geração de trabalhadores jovens “traumatizada” pelo alto desemprego e trabalho precário nos países desenvolvidos, e de um aumento do número de trabalhadores pobres nos países em desenvolvimento. Nesse contexto, medidas neoliberais voltam a ser vendidas como soluções para estancar a crise – o que preocupa ainda mais os trabalhadores. A professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Elaine Rosseti Behring, que também é coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS-CNPq), explica porque essa crise internacional é preocupante, e quais são os reflexos dela para os trabalhadores brasileiros.

Que alternativas econômicas os países desenvolvidos estão encontrando para reagir às consequências da crise que atinge a Espanha, a Grécia, os EUA e entre outros países? Os governos ainda cogitam privatizações, congelamentos de salários e desregulamentação trabalhista como soluções para crises econômicas?

Vou responder partindo do ponto de vista de que esta é uma crise global do capitalismo, tal como a primeira crise de 1857-1858 e a segunda, de 1929-1932. Não é uma crise da finança ou do neoliberalismo apenas, como os novos e antigos keynesianos nos querem convencer. Não se trata aqui de comungar com visões catastrofistas, mas de caracterizar a profundidade da crise. Existe hoje, nos países que constituem o epicentro



da crise, uma disputa de destino quanto às saídas da crise. Como exemplo, podemos falar em linhas gerais das eleições presidenciais francesas: a direita, cujas políticas geraram 25% de desemprego entre os jovens nos últimos anos (e uma análise desse dado vai revelar o impacto sobre os trabalhadores imigrantes e seus descendentes), fala de gerar empregos pela qualificação dos trabalhadores e pelos contratos parciais, seguindo nitidamente o exemplo da Alemanha, que vem mantendo taxas mais amenas de desemprego graças aos contratos por tempo parcial e o que eles chamam de minijobs. O discurso do governo francês de Sarkozy é de que o desemprego não é uma questão exclusivamente francesa, e de que é uma vitória conter seu crescimento acelerado neste momento, como afirmou na imprensa o Ministro do Trabalho. No campo da esquerda, o principal candidato, François Hollande, do Partido Socialista, fala em criar 150.000 empregos, quando foram destruídos mais de um milhão! É um programa claramente administrativo, ainda que defenda as políticas sociais e tenha componentes que remetem à social-democracia reformista. E há uma programática mais à esquerda no Manifeste d'économistes atterrés, que tem alguma incidência nas demais candidaturas de esquerda (PCF, NPA, Lutte Ouvrière), que pensa a crise globalmente e propõe medidas radicais direcionadas à finança, redução de jornada de trabalho, um programa de políticas sociais e econômicas bastante avançado, e que me parece de transição para outro padrão de sociabilidade. Na União Europeia, os parâmetros acordados em Maastrich e em Lisboa, especialmente os

indicadores macroeconômicos a que os países devem se adequar, levam à reiteração da austeridade, segundo a cartilha neoliberal. O maior exemplo disso é o plano grego, imposto pela UE e que tem gerado fortes manifestações dos trabalhadores naquele país.

Como os movimentos de trabalhadores estão se organizando nesses países? O que eles estão propondo?

Os trabalhadores têm reagido, especialmente na Grécia e na Espanha, com fortes manifestações de rua. Na França e demais países da UE também vêm acontecendo manifestações, ainda que com menor intensidade. No entanto, parece que anos de neoliberalismo e perda de laços organizativos e identidade de classe pesam sobre essa reação, ainda insuficiente, frente à dramaticidade das condições de vida e trabalho de parcelas cada vez maiores da força de trabalho no contexto da crise. Por outro lado, os movimentos sociais vêm assumindo uma programática cada vez mais anticapitalista. O centro das reivindicações é não pagar o custo da crise, especialmente a dívida, que cresceu assustadoramente nos últimos anos em todos os países, especialmente após as operações de salvamento dos bancos em 2008 e 2009. Mas há também a defesa da seguridade social, da educação, sempre apontando que saúde e educação não são mercadorias. E tem crescido a ideia de repartir a riqueza. A crise deixou clara a concentração mundial da riqueza, o comprometimento dos Estados com sua sustentação, e isso está sendo colocado em questão.

No auge da crise surgiram os movimentos de ocupação, a exemplo do Occupy Wall Street, nos EUA, que estão questionando o atual modelo econômico mundial. O que esses movimentos estão sinalizando? Como eles estão sendo recebidos pela sociedade?

Existe o Occupy, e existe o movimento dos Indignados, que surgiu na Espanha e vem ganhando força em todo o mundo. Esses movimentos vêm questionando mais que a economia mundial, embora esta seja um foco fundamental. Eles colocam em questão a democracia. São movimentos que perguntam a quem se dirige de fato o Estado democrático de direito, e onde são tomadas as decisões que favorecem 1% da população enquanto os demais são 99% (essa é uma das faixas presentes nas manifestações). São movimentos que falam da repartição da riqueza e de radicalizar a democracia. Sua estratégia é a realização de assembleias que franqueiam a palavra, ocupando o espaço público. Há também demonstrações artísticas e culturais. O movimento tem uma forte inspiração nas recentes ocupações das praças do mundo árabe, no que vem se chamando de primavera árabe. Tive a oportunidade de acompanhar

uma dessas assembleias na França. Vale dizer que na França reuniram-se cerca de 2.500 pessoas no máximo, enquanto na Espanha, no mesmo dia, manifestaram-se 500 mil pessoas. As intervenções focavam na democracia direta, na crítica aos mecanismos democráticos atuais, especialmente o parlamento europeu. Há uma espécie de indisposição ainda difusa para com as instituições existentes, sem saber exatamente o que colocar em seu lugar e, sobretudo, como mudar a correlação de forças. Avalio que esses movimentos têm sido recebidos com simpatia pela sociedade. Na verdade eles expressam o grande incômodo sobretudo em países que conviveram com uma forte proteção social e o pleno emprego, e agora voltam a ter desemprego endêmico, gente morando na rua, aumento dos índices de criminalidade e prisões, e outras expressões contundentes da questão social.

Em fevereiro o governo federal brasileiro anunciou um corte de R\$ 55 bilhões no orçamento federal, sobretudo em políticas sociais, com a justificativa de pagar juros da dívida ao mercado financeiro. Como você avalia essa medida?

Na verdade, trata-se de mais do mesmo. Este corte é a manutenção de uma lógica que vem presidindo a macroeconomia brasileira desde o Plano Real, mas que ganhou novas mediações a partir de 1999, e que não foi alterada significativamente nos governos Lula e Dilma. Nosso passaporte numa condição confortável – do ponto de vista dos que lucram e dos que se dispõem a administrar esses parâmetros – no mercado mundializado e dominado pela finança está relacionado à confiança dos investidores, dos detentores de títulos de dívida pública brasileira, de que nós somos bons pagadores, cumpridores dos nossos compromissos. É o que assegura boa nota pelas agências de notação de risco, que são financiadas por esses mesmos investidores e especuladores! A figura do superávit primário foi criada para dizer ao mercado financeiro que temos reservas para pagar dívidas, mesmo que para isso cortemos o orçamento público na carne, tirando recursos da saúde, da educação, do desenvolvimento das cidades, do investimento. E essa tem sido a roda viva do orçamento público brasileiro se acompanhamos uma série histórica desde os anos 90. Todo início de ano anunciam-se os cortes para adequação a esta macroeconomia perversa. Mas além do superávit primário, há outra medida que vem sendo prorrogada governo a governo: a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retira 20% dos impostos e contribuições sociais, fontes de recursos da seguridade social, desviando recursos para o pagamento de juros e encargos da dívida. Trata-se de uma dívida ilegítima e odiosa, nos termos de François Chesnais em seu último livro. A caracterização de odiosa

faz referência ao endividamento contraído em períodos obscuros da história dos países, no caso do Brasil, na ditadura. É uma dívida que nunca foi devidamente auditada e que engessa o Estado brasileiro, mesmo que os governos tentem demonstrar o contrário.

Que outras medidas o governo poderia tomar para manter ou mesmo ampliar os investimentos em políticas sociais?

Partindo de uma atitude soberana, desonerar as fontes de recursos das políticas sociais hoje impactadas pela DRU seria uma medida importante com impacto para a seguridade social, a educação e demais políticas sociais. O ideal seria extingui-la, permitindo maiores recursos para o conjunto das atividades do Estado. Banir essa figura perversa do superávit primário também seria uma medida central, já que este atinge o orçamento da União, estados e municípios, bem como das empresas estatais, comprometendo o conjunto dos entes federativos. Uma auditoria de fundo da dívida brasileira é absolutamente importante, para tomar decisões soberanas e democráticas sobre a necessidade de seu pagamento, realizando uma suspensão parcial ou total. Urge no Brasil uma reforma tributária digna deste nome, que assuma o conceito da progressividade, atingindo as grandes fortunas e os bancos. Temos um sistema tributário profundamente regressivo e injusto, que não produz efeitos redistributivos para os trabalhadores e suas famílias. Pelo contrário, como temos uma tributação indireta, sobre o consumo que compõe cerca de 60% da carga tributária nacional, quem termina pagando a conta são os assalariados. Existem inúmeros estudos que mostram isso, mas destaco o estudo de Evilásio Salvador (2010). Essa é uma condição decisiva para realizar alguma redistribuição. Os programas de transferência de renda são absolutamente fundamentais para as famílias que os recebem, mas não realizam redistribuição, pois parte dessa renda é consumida pela carga tributária e porque são sustentados pelos próprios trabalhadores e camadas médias, via impostos indiretos.

Mesmo com desigualdades sociais, os bancos continuam lucrando muito no Brasil. Tem como mudar a situação social sem mexer com os lucros dos bancos? Os bancos podem colaborar, de alguma forma, para o desenvolvimento?

Penso que uma reforma tributária real deveria ser bastante contundente na taxação do capital portador de juros, porque o lucro bancário é o juro, uma punção sobre a riqueza socialmente produzida. E estou convencida de que não é possível alterar essa lógica sem romper com ela, o que significa alterar profundamente o papel das instituições bancárias, regulamentar a emissão de papéis

fictícios e especulativos sobre a produção futura, seguros de papéis, enfim, toda essa arquitetura montada sobre os produtos financeiros, como se isso fosse uma indústria. Trata-se de não permitir a construção desse castelo de cartas que se ergueu com o excesso de liquidez de capitais, com a superacumulação. Mas tocar nisso significa transformar toda a estrutura, considerando os nexos que existem entre a chamada economia real – termo do qual discordo, já que há uma profunda articulação entre esta e a finança – e a finança. A crise não é um produto de especuladores irresponsáveis, ainda que eles existam, ela é estrutural. Então ela exige medidas de acordo com sua profundidade. E no contexto desse capitalismo maduro, com suas inúmeras contradições postas a nu, não se poderá fugir de medidas de transição anticapitalistas se quisermos ter algum controle sobre as instituições bancárias. Restabelecer as condições de funcionamento do sistema nos mesmos termos significa que os bancos continuarão capturando a riqueza. Portanto, eu diria que estes bancos, da forma que operam hoje não contribuem para o desenvolvimento. Temos que caracterizar melhor o que é desenvolvimento. Há um grande debate sobre esse termo desde Celso Furtado e os demais grandes do pensamento social brasileiro. Não acredito que estamos no novo desenvolvimentismo, exatamente porque esta macroeconomia e as opções escolhidas restringem em muito suas possibilidades.

Como os trabalhadores brasileiros devem se preparar para possíveis crises econômicas?

Submetidos que estamos aos humores dos mercados financeiros, com a enorme vulnerabilidade externa da nossa economia, creio que estamos longe de qualquer imunidade à crise, ainda que exista uma competência tecnocrática na sua gestão. Se nossos parceiros comerciais, a exemplo da China, retraem suas compras e colocam em cheque o modelo de reprimarização da economia brasileira, podemos nos ver diante da crise de forma mais contundente que o “mais do mesmo” com que iniciei essa entrevista. Estamos fundando o novo desenvolvimentismo também no endividamento privado, das famílias dos trabalhadores, por meio do crédito. Essa é uma estratégia que pode levar ao mesmo lugar dos EUA, quando da crise imobiliária de 2008 e 2009. A preparação de quem só tem a sua força de trabalho para disponibilizar é bastante complicada. Na verdade a crise instaura um “salve-se quem puder” extremamente desmobilizador. Temos que nos antecipar, defendendo medidas que coloquem o país num caminho soberano, e ir buscando uma alteração dessa correlação de forças. A tarefa é difícil, sobretudo após o transformismo de parte da esquerda brasileira que hoje é governo, mas é imprescindível. <

Sinal verde para o **altruísmo**

Certa manhã de domingo, minha filha Lili me levava ao apartamento de meu anfitrião em São Paulo, Palmério Dória – autor do best-

-seller *Honoráveis Bandidos*. Na frente do Cemitério do Araçá, um sinal avermelhou e, mal Lili freou, aproximou-se uma senhora de seus 60 anos e lhe estendeu uma propaganda de imóveis, em papel couchê, coisa fina.

“Não, obrigada”, disse Lili, e a mulher, com um aceno, se dirigiu aos carros que vinham atrás.

“Lili”, obtemperei, “a Lilás me ensinou uma coisa. Essas pessoas recebem uma quota de panfletos, e só podem ir pra casa quando acabar.”

Lili olhou para o semáforo, pensativa.

A solidariedade com o próximo abaixo de nós na escala sócio-econômica é matéria-prima de histórias pra contar. Me ocorre a notícia que ouvi no rádio, de uma pesquisa mundial: graças a programas sociais, o brasileiro tornou-se um dos povos mais felizes. E saber disso também deve fazer felizes os governantes responsáveis pelos programas.

Todos os grandes filósofos, fundadores de religiões, pregam amor ao próximo. Mas uma coisa é dizer-se seguidor deles; outra, praticar.

Samuel Johnson (1709-1784), pensador inglês, recolhia das sarjetas de Londres bichos sem dono, e pessoas. Certa vez, viu uma mendiga caída na rua, exaurida. Pôs a mulher nas costas, carregou-a para casa, e a cuidou até ela recuperar a saúde.

Narra a jornalista Nair Lacerda, em *Grandes Anedotas da História*, que Napoleão Bonaparte (1769-1821) gostava de sair à rua, com algum comandado, disfarçados os dois de burgueses comuns, para ouvir o que o povo falava dele. Certo dia, com o marechal Duroc, almoçou num restaurante popular. O garçom apresenta a conta e os dois descobrem que se esqueceram de trazer dinheiro. A proprietária examina os fregueses e diz:

“Cansei desse tipo de desculpa. Ou pagam ou chamo a polícia.”

O garçom intervém:

“Os senhores parecem pessoas de bem. Eu pago, depois os senhores me reembolsam.”

A mulher pega o dinheiro do garçom chamando-o de tolo – “essa gentinha você não vê nunca mais”. Passadas algumas horas, o marechal Duroc volta ao restaurante, agora com sua farda rebrilhante. O garçom, assombrado, reconhece então o famoso militar, que pergunta à dona:

“Quanto a senhora quer pelo estabelecimento?”

Após breve diálogo, fecham em 30 mil francos. Duroc põe no balcão a dinheirama, e volta-se para o garçom:

“A casa é sua. É por conta dos juros dos 14 francos que você emprestou ao meu companheiro do almoço.”

O garçom, ainda estupefato, gagueja:

“Seria... por acaso...”

“Sim”, sorriu Duroc, “o imperador Napoleão Bonaparte.”

Dez segundos para acender o farol verde.

Lili põe a cabeça fora da janela e, virando-se para trás, grita:

“Ei! Me dá o folheto! Me dá dois!!”

A mulher ficou toda feliz, e Lili mais ainda. Moral da história segundo Aristóteles:

A verdadeira felicidade consiste em fazer o bem.◀



Amancio Chioldi.

Mylton Severiano
é jornalista e escritor.
myltonseveriano@gmail.com



Eleições para diretores foram tema de debate em várias reuniões em 2002

10 anos da abertura para a **democracia na Funcef**

A Fundação passou a vivenciar processo de democratização a partir de 2002, com a eleição de representantes dos associados para composição paritária dos conselhos Deliberativo e Fiscal

Em maio deste ano, quando os associados da Funcef voltam às urnas para escolher seus representantes – titulares e suplentes – para uma das vagas do Conselho Deliberativo e para uma do Conselho Fiscal da Fundação, estaremos há exatos 10 anos da primeira eleição para essas instâncias.

Para os empregados, os aposentados e os pensionistas da Caixa, que, no período anterior ao processo de democratização aberto com as eleições de 2002, já faziam da luta pela participação nos órgãos gestores do fundo de pensão uma das prioridades de suas entidades sindicais e associativas, trata-se de um marco digno não só de registro, mas também de comemoração.

“Precisamos lembrar e valorizar sempre os avanços alcançados pelo nosso movimento e, sem dúvida, estamos diante de um dos mais expressivos, que foi a conquista de espaço para participação paritária dos associados nos conselhos da Funcef, lá em 2002”, frisa o presidente da Fenaef, Pedro Eugênio Leite.



O direito à participação nos conselhos da Funcef veio com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei Complementar 108, de maio de 2001, que instituiu a composição paritária (número de representantes eleitos pelos associados igual ao de indicados pela patrocinadora) nos conselhos dos fundos de pensão. Mas esta era uma reivindicação que já vinha sendo feita há bastante tempo pelas representações dos trabalhadores.

A Fenae e as Associações do Pessoal da Caixa (Apcefs), assim como a Federação Nacional dos Aposentados (Fenacef) e as Associações Estaduais dos Aposentados (AEAs) cobravam a presença de representantes dos associados nos conselhos desde a criação da Funcef, em 1977. Com a conquista do direito à sindicalização pelos empregados da Caixa, em 1985, os sindicatos de bancários de todo o país também passaram a encampar essa luta.

A exigência do movimento associativo e sindical dos bancários da Caixa incluía participação paritária não só nos conselhos como também na Diretoria Executiva da Fundação. Democracia, transparência e segurança para a Funcef eram postas como questões a serem incorporadas à gestão do patrimônio dos associados, para a garantia de complementação digna às aposentadorias.

“O histórico de gestões completamente alheias aos interesses dos participantes da Fundação impunha ao nosso movimento associativo e sindical o desafio de forçar a abertura de espaço para os associados nos órgãos de gestão, mas era uma tarefa muito difícil, porque os governos da época eram totalmente contrários à democratização”, lembra Pedro Eugenio.

A primeira fissura provocada pela pressão do movimento do empregados e aposentados da Caixa no bloqueio da patrocinadora e do governo à participação dos trabalhadores em órgão de gestão da Funcef aconteceu em 1993. Naquele ano, deu-se a eleição de um representante dos associados para a Diretoria Executiva da Fundação.

Mas a abertura, além de limitada ao mínimo possível (um só representante dos associados em uma diretoria de quatro membros) era completamente controlada pela patrocinadora. Elegia-se uma lista tríplice e dava-se ao presidente da Caixa a prerrogativa de escolher um dos nomes.

Em 1996 deu-se a reeleição do diretor representante que estava no primeiro mandato e, em 1999, um novo processo eleitoral evidenciou a perversidade do sistema de lista tríplice. Naquela oportunidade, o mais votado, com praticamente 50% dos votos, entre seis concorrentes, foi Carlos Caser, que à época havia recém-encerrado seus dois mandatos na presidência da Fenae. A trajetória de Caser no movimento associativo, onde liderou enfrentamentos às arbitrariedades da Caixa e aos ataques do governo neoliberal então instalado no país, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, fez com que seu nome fosse preterido. A escolha recaiu sobre o último colocado da lista tríplice.

Depois dessa amarga experiência, em que o fio de luz da democracia fora bloqueado, não houve mais eleição para diretor representante com aquele formato. Pouco mais de um ano depois, veio do Congresso Nacional a Lei Complementar

108, que assegurava paridade nos conselhos – três membros eleitos pelos participantes e três indicados pela patrocinadora no Deliberativo, e dois eleitos e dois indicados no Fiscal – e remetia para os estatutos das entidades de Previdência Complementar a definição quanto à composição da Diretoria Executiva.

Em seguida, deu-se grande mudança política no país. Os trabalhadores saíram da luta de resistência para mobilizações em busca de reivindicações há anos represadas.

Já no final de 2002, a atuação dos conselheiros eleitos em parceria com as entidades representativas dos associados resultou em mudança provisória na composição da Diretoria Executiva da Funcef. Foi fechado com a patrocinadora um acordo para que a diretoria passasse a ter cinco membros e os representantes eleitos do Conselho Deliberativo indicassem dois diretores para exercerem a função até a conclusão da mudança do estatuto, pela qual seria instituída eleição para composição paritária também da diretoria.



Reunião do Conselho Deliberativo – composição atual



Os três atuais diretores eleitos, durante reunião com o Conselho Deliberativo



Novo estatuto, novas conquistas

O novo estatuto da Funcef resultou de grupo de trabalho (GT) tripartite (associados, Caixa e Funcef). O GT finalizou o estatuto em 2006, já com anuência das partes envolvidas, mas sua entrada em vigor deu-se em agosto de 2007. Entre as mudanças e inovações introduzidas constavam o aumento do número de membros da Diretoria Executiva de cinco para seis e a instituição da paridade na composição – três membros eleitos pelos associados e três indicados pela patrocinadora.

Como no momento em que o GT finalizou suas atividades havia acordo entre as partes quanto às suas propostas, foi possível realizar a eleição dos três representantes dos associados para a Diretoria já em 2006, nos termos do novo Estatuto. O processo eleitoral coincidiu com a renovação dos mandatos dos eleitos para os conselhos Deliberativo e Fiscal.

Dois diretores eleitos assumiram imediatamente, nos cargos que já vinham sendo ocupados por representantes dos associados. A demora na aprovação do novo estatuto pelos órgãos governamentais fez com que o terceiro diretor eleito só viesse a tomar posse em agosto de 2007.

O movimento dos associados fincava ali as bases essenciais ao assento da gestão compartilhada. Estava assegurada a histórica reivindicação de composição paritária em todos os órgãos de gestão da Funcef.

Como passo seguinte no processo de democratização dos órgãos de gestão era já apontada a necessidade de remoção do chamado voto de Minerva (desempate), obstáculo que ainda remanesce e contra o qual se mantêm em firme oposição as entidades sindicais e associativas e os diretores e conselheiros eleitos.

O voto de Minerva é prerrogativa do presidente de cada órgão. Na Diretoria Executiva e no Conselho Deliberativo a presidência é ocupada por indicados pela patrocinadora e no Conselho Fiscal por eleitos pelos associados. A luta do movimento dos associados é pela eliminação deste instrumento antidemocrático em todas as instâncias.

O movimento dos associados assegurou no novo estatuto o chamado voto qualificado para os seguintes casos: mudança de estatuto, mudança de plano de benefícios e retirada de patrocínio. Assim, a aprovação de medidas relacionadas a esses assuntos nos órgãos de gestão da Funcef não se pode dar por voto de Minerva. Exige maioria absoluta. Ou seja, não é possível uma das partes definir qualquer coisa sozinha.

As representações dos associados não só defendem a ampliação dessas travas ao uso do voto de Minerva nos conselhos e na diretoria da Funcef como cobram também mudança na legislação, já que tal prerrogativa está prevista na Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Além de instituir a paridade em todos os órgãos de gestão, com mandatos de quatro anos para todos eles, tanto os eleitos pelos associados como os indicados pela patrocinadora, o novo estatuto cuidou que se passasse a ocorrer eleições na Funcef de dois em dois anos. Para isso, ficou estabelecido que, na primeira investidura nos cargos após a mudança estatutária, dois dos eleitos pelos associados

e dois dos indicados pela patrocinadora para o Conselho Deliberativo cumpririam normalmente o mandato de quatro anos, enquanto um dos eleitos e um dos indicados teriam mandato de dois anos. No Conselho Fiscal, um eleito e um indicado cumpririam mandato de quatro anos, enquanto outro eleito e outro indicado teriam mandato de dois anos. Os nomes dos candidatos em cada uma das situações foram previamente identificados nas chapas que concorreram às eleições de 2006.

Assim, ocorreram novas eleições em 2008 para os conselheiros que haviam completado os dois anos iniciais e que passariam a ter também mandatos de quatro anos. Em 2010, foram renovados os demais mandatos dos conselhos e os da Diretoria Executiva. O processo eleitoral deste ano renovará os mandatos dos eleitos em 2008.

Avanços da democratização

Ao longo dessa década de participação nos órgãos de gestão da Funcef, os eleitos pelos associados mantiveram estreita parceria com as entidades representativas dos empregados e aposentados da Caixa, na busca de soluções para problemas que se acumularam desde o surgimento da Fundação e que vinham constituindo sérias ameaças ao patrimônio dos associados.

O estancamento e eliminação de maus negócios e de irregularidades do passado, com foco na superação de seus efeitos, foi um dos grandes desafios. A Funcef passou a solicitar investigações do Ministério Público e auditorias. O MP foi instigado a investigar, por exemplo, as participações da Fundação nos hotéis Renaissance e Blue Tree, no Wet'n Wild, na Cataguazes Energia, em fundos imobiliários e na Teletrust, nos investimentos em ações, e nos negócios em shoppings (Pantanal Shopping, River e Plaza Paulista).

Desde o início, a atuação dos eleitos se pautou pelo esforço para superação de antigas pendências, como a relativa ao Plano de Melhorias de Proventos e Pensões (PMPP), cuja solução veio em 2007, com o compromisso da Caixa de reassumir, em acordo com



Conselheiros e diretora empossados em 2008

a Funcef, o pagamento dos benefícios que vinham sendo feitos pelo INSS. Cerca de 1.700 assistidos e pensionistas receberam diferenças de reajustes que variaram entre 13% e 105%, conforme o caso.

Os conselheiros eleitos em 2002 contribuíram decisivamente para a extinção do limite de 55 anos na concessão dos benefícios integrais pela Funcef. Tiveram participação ativa também na pressão sobre a Caixa para recebimento de uma dívida que se avolumava desde a criação da Funcef.

A dívida da Caixa com a Fundação estava estimada em pouco mais de R\$ 4 bilhões e vinha sendo questionada pela patrocinadora, inclusive com recursos judiciais.

Nas negociações, a Caixa propôs desconto de R\$ 1,4 bilhão. Os conselheiros deliberativos eleitos foram contrários, mas foi aprovado pelos representantes da empresa, com o recurso do voto de Minerva. A Funcef recebeu R\$ 2,7 bilhões.

A superação desse problema viabilizou o comprometimento da Caixa com a elaboração do Novo Plano e com a alteração do estatuto da Fundação, iniciativas que vinham sendo defendidas pelos conselheiros eleitos.





A proposta de novo plano de benefícios para a Fundação foi elaborada em grupo de trabalho tripartite, criado em 2003. O GT concluiu suas atividades e apresentou o modelo do Novo Plano naquele mesmo ano.

No entanto, a aprovação definitiva do Novo Plano só se deu no final de 2005, por conta de demora na apreciação pelos órgãos governamentais controladores. Em outubro daquele ano aconteceu, inclusive, um plebiscito acerca da proposta, e foi expressiva a aprovação por parte dos associados da Funcef. O resultado de 81,46% dos que votaram serviu para acelerar a decisão no âmbito do governo.



Posse dos conselheiros eleitos em 2002

O Novo Plano assegurou todos os direitos dos participantes. A contribuição da Caixa passou de 7% para 12% da remuneração do empregado, incluindo o complemento de mercado. Os benefícios passaram a ter garantia de reajuste anual pela inflação, independente da política salarial da Caixa.

Para os benefícios saldados e para o Novo Plano, foi instituído ainda o Fundo para Revisão de Benefícios, composto com resultado financeiro excedente à meta atuarial de cada exercício. Os reajustes provenientes desse fundo são aplicados sobre o valor já corrigido pela inflação anual.

Somando-se os reajustes obtidos no momento de implantação do saldamento (10,79% em agosto de 2006, e 4% em setembro de 2006) às revisões decorrentes do Fundo de Revisão de Benefícios (3,54% em janeiro de 2007; 5,35% em janeiro de 2008; 1,08% em janeiro de 2010; e 2,33% em janeiro de 2011), o aumento real nos benefícios já atingiu 30%.

Outro passo adiante na democratização da Funcef foi dado em 2008 com a implantação dos Comitês Técnicos de Assessoramento (Qualidade de Informações Contábeis e de Auditoria, Benefícios, Ética e Investimentos). À época, a conselheira eleita Fabiana Matheus definiu esses comitês como sendo **“novas janelas por onde os associados poderão observar mais de perto e por diversos ângulos a governança e o grau de eficiência na gestão dos recursos da Fundação”**. São instâncias previstas no estatuto da Fundação e têm composição paritária.

Foi também destaque como conquista assegurada pela atuação dos conselheiros e diretores eleitos a mudança do método de custeio do REG/Replan, aprovada no Conselho Deliberativo em 29 de dezembro de 2010. O método passou de Custo Unitário Projetado (PUC) para Agregado. **“Com a eliminação da exigência de contribuições crescentes do método PUC, conferiu-se sustentabilidade ao plano e segurança aos participantes que optaram por não fazer o saldamento”**, ressalta Fabiana Matheus.

A sequência de resultados positivos no período da gestão compartilhada praticamente quintuplicou o patrimônio da Fundação desde 2002. De R\$ 9,7 bilhões em dezembro daquele ano, chegou-se a R\$ 47,9 bilhões no final de 2011.

Hora de mais participação

Os associados da Funcef estão convocados para o exercício da democracia em mais um processo eleitoral na Fundação. Será realizada de 7 a 11 de maio a eleição para as vagas de um titular e respectivo suplente em cada um dos conselhos, Deliberativo e Fiscal.

São cinco as chapas inscritas. Está com cada um dos participantes a responsabilidade de fazer a melhor escolha.

“A palavra de ordem é participação, porque a Funcef é o presente e o futuro de todos nós, empregados e aposentados da Caixa”, diz o presidente da Fenae, Pedro Eugenio Leite.

Já a conselheira eleita Fabiana Matheus alerta para a importância de se ter nas instâncias de gestão representantes sintonizados e comprometidos com a luta quotidiana do movimento dos empregados e aposentados da Caixa, **“para que correspondam de fato ao que os associados buscam com o fundo de pensão, que é transparência e segurança nos investimentos dos recursos, para a garantia de melhores benefícios”.**

O Conselho Fiscal é onde se pode ter um raio-x da gestão patrimonial da Fundação, e o Conselho Deliberativo é a instância na qual se concentram as decisões. **“Participar dessas instâncias exige o máximo de dedicação e de comprometimento dos nossos representantes e é preciso que os eleitos tenham muito claro de que lado estão, porque o embate com a patrocinadora é constante”,** frisa a conselheira Fabiana.

O processo eleitoral envolve todos os participantes da Funcef, sejam empregados da ativa na Caixa, sejam aposentados ou pensionistas.



Desafios

Entre os desafios do próximo período no âmbito da Funcef, as representações dos associados destacam a redução do passivo judicial da Fundação. Para tanto, exigem da Caixa que ela assuma a sua responsabilidade no caso das ações trabalhistas, como as que tratam de CTVA, auxílio alimentação, cesta-alimentação, abono, horas extras, entre outras.

Outra questão relacionada a CTVA diz respeito à sua inclusão como verba salarial para efeito de contribuição em todos os planos da Funcef, retroativamente à criação dessa rubrica. Atualmente, o CTVA é considerado verba salarial apenas para contribuições ao Novo Plano.

Inclui-se também entre as principais reivindicações a conclusão da incorporação do REB para o Novo Plano; justiça às mulheres pré-79 aposentadas proporcionalmente; incorporação do pessoal da Prevhab; segurança aos participantes do REG/Replan não saldado, com fim das discriminações por parte da patrocinadora; fortalecimento do Credinâmico; e composição dos órgãos de gestão Funcef apenas por empregados da Caixa.◀

Canal de comunicação, **Ouvidoria** aproxima participantes da Funcef

Instalada em agosto de 2011, a Ouvidoria da Funcef significou mais um avanço na busca pela melhoria da gestão da Fundação e na qualidade do atendimento aos seus participantes. Sua criação em 2010 foi fruto de um processo de discussão do movimento dos empregados ativos e aposentados da Caixa. Em entrevista à **Fenae Agora**, a ouvidora Rosilândia Gonçalves Oliveira fez um balanço dos seis primeiros meses de trabalho.



FA Que avaliação você faz desses seis meses da Ouvidoria?

Rosilândia Gonçalves A Ouvidoria constitui mais um canal de comunicação com os participantes, objetivando assim excelência no atendimento, ampliando os mecanismos de transparência dos atos de gestão. Após os primeiros meses de atuação e as manifestações acolhidas podemos afirmar que a Ouvidoria é uma realidade, um passo dado que, no nosso entendimento, não retroage. Avaliamos de forma positiva e satisfatória e entendemos que é um processo contínuo e gradativo.

FA Quais as queixas que mais chegam ao órgão?

Rosilândia Gonçalves As principais demandas foram as revisões de pensões e benefícios e a concessão de empréstimos. Todas as manifestações foram analisadas, sistematizadas e concluídas de acordo com a natureza e a área da Fundação envolvida, buscando contribuir na identificação e encaminhamento da dificuldade apontada pelo participante.

FA Existe um prazo para dar encaminhamento a estas demandas?

Rosilândia Gonçalves Os processos têm sido encaminhados para áreas demandadas que respondem a Ouvidoria no prazo máximo de cinco dias úteis. A Ouvidoria recebe a resposta da área e se julgar necessário avalia junto com a Coordenação ou Gerência e responde o participante no prazo máximo de 10 dias úteis.

FA Com a criação da Ouvidoria, o participante se aproximou da Funcef?

Rosilândia Gonçalves O participante reconhece a Ouvidoria como um canal legítimo de comunicação e o montante de demandas acolhidas nos primeiros meses de atuação da Ouvidoria confirmam o objetivo dos participantes de participar e aproximar-se das diversas áreas da Fundação.

FA A Ouvidoria divulgou relatório sobre os primeiros meses de atuação?

Rosilândia Gonçalves Sim. O conteúdo do relatório foi apresentado a cada diretoria da Fundação. As etapas de estruturação superadas confirmam o apoio do Presidente e dos Diretores no processo de implantação da Ouvidoria. Realizamos contato direto com os participantes através dos seus canais de comunicação. De agosto a dezembro de 2011 recebemos manifestações dos participantes e assistidos através de e-mail, formulário disponível no site, telefonemas, correspondências e atendimento presencial. De um total de 221 manifestações recebidas, 186 foram enviadas pelos participantes e assistidos utilizando a internet, o que representa um percentual de aproximadamente 84 % do total. Trata-se, no entanto, de um instrumento de acesso muito restritivo quando se considera que o número de assistidos com acesso a internet é limitado. Ampliar a divulgação e o acesso é uma das prioridades da Ouvidoria, sem, contudo, comprometer a qualidade do atendimento. <

Para entrar em contato com a Ouvidoria: Ligue:0800 706 9000 / e-mail: ouvidoria@funcef.com.br

Contraf/CUT frente ao desafio de **consolidar conquistas** para todos os bancários

Terceiro congresso escolhe nova diretoria para a gestão 2012/2015, aprova plano de lutas e aponta necessidade de maior unidade nacional, e mais mobilização da categoria

Maior unidade nacional e mobilização cada vez mais forte de toda a categoria bancária, em torno de reivindicações como ampliação do diálogo com outros setores da sociedade, emprego decente no ramo financeiro, mais segurança, remuneração digna, previdência complementar e luta contra o assédio moral e as metas abusivas, deram o tom do 3º congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), realizado em Guarulhos (SP), entre os dias 30 de março e 1º de abril.

O evento reuniu 316 delegados do país inteiro, além de convidados internacionais de países como Angola, Argentina, Chile, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos, Moçambique, Uruguai e Venezuela. O lema, dessa vez, foi “Construindo a história – conquistar e consolidar avanços, pois o futuro é agora”.

Composta de 23 lideranças sindicais, entre as quais seis empregados da Caixa Econômica Federal, a nova direção da Contraf/CUT para o triênio 2012/2015 foi eleita por unanimidade, sendo Carlos Cordeiro, bancário do Itaú, reconduzido para a presidência da entidade. No próximo período, para fazer frente ao crescimento do Brasil, que precisa distribuir renda e melhorar as condições dos trabalhadores, a Contraf/CUT irá priorizar a convocação de uma conferência nacional sobre o sistema financeiro, para que os trabalhadores do ramo financeiro debatam com a sociedade sobre o papel dos bancos, a política de crédito e a universalização dos serviços bancários. A priori, há o entendimento de que banco é concessão pública e não pode visar o lucro fácil e exorbitante, mas sim atender aos interesses da sociedade.





Campanha temática anual para ampliar e consolidar conquistas

Uma das decisões importantes do 3º congresso da Contraf/CUT foi a realização de uma campanha nacional sobre saúde. Um dos objetivos é fazer de 2012 o ano da saúde dos bancários, incluindo nesse debate a saúde suplementar e o Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a categoria bancária, espremida pela pressão por metas abusivas, lidera o ranking das que contam com mais trabalhadores afastados por motivo de doença. A ideia da Contraf/CUT é definir, a cada ano, um tema específico para ser trabalhado nacionalmente pelos sindicatos, espelhando-se em modelo semelhante ao da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Outro desafio é o emprego decente. Nesse particular, a prioridade é o fim da rotatividade e a garantia de emprego estável, saudável, seguro e com remuneração mais justa, além de uma aposentadoria digna, de modo a romper barreiras. Duas questões, segundo

Carlos Cordeiro, estão no centro desse debate: a reforma política e a reforma tributária.

Foi dado destaque para a atualização do modelo de negociação da Contraf/CUT, cujo parâmetro é a estratégia de campanha salarial nacional unificada, que existe desde 2004. A avaliação é de que essa unidade foi decisiva para conquistar avanços sociais, políticos e sindicais, e ainda nas áreas de saúde do trabalhador, segurança e igualdade de oportunidades. Positiva também foi a adoção do modelo de mesa de negociações com os bancos públicos federais, estaduais e regionais, com ênfase na atuação das comissões de organização dos empregados e no funcionamento das mesas temáticas.

No quesito política internacional, a Contraf/CUT dará continuidade ao trabalho de organização sindical do setor financeiro na América Latina, via Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e UNI Américas. Essa atuação no continente foi vista como positiva no último período, pois transformou o movimento sindical bancário brasileiro em referência global, a partir da qual a Contraf/CUT assumiu responsabilidades dentro da UNI Sindicato Global, em defesa dos direitos dos trabalhadores do mundo inteiro.



Reunião da Mesa de Negociação Permanente com a Caixa

Ampliar a mobilização na Caixa por mais empregados e contra o trabalho gratuito

Eis uma constatação cada vez mais evidente: na Caixa Econômica Federal, a luta pelo respeito à jornada de seis horas diárias se articula com a mobilização contra a carência de pessoal. Na última rodada de negociações permanentes com o banco, realizada em 21 de março, a representação nacional dos empregados voltou a cobrar maior agilidade na contratação de novos empregados, para fazer frente à expansão da rede de agências. Se uma coisa não vier acompanhada da outra, o resultado será aumento nas já precárias condições de trabalho nas unidades de ponta, sobretudo naquelas localizadas em grandes centros e aglomerados urbanos.

Na campanha salarial do ano passado, a Caixa assumiu o compromisso de ampliar, até 31 de dezembro de 2012, seu quadro de pessoal em cinco mil novos empregados, no mínimo. Esse processo precisa ser acelerado, segundo Jair Pedro Ferreira, vice-presidente da Fenae e coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), para que a empresa chegue a pelo menos 92 mil bancários

até o fim deste ano, tendo a necessidade de prover ainda os postos vagos por desligamentos.

Cansados da rotina de muito trabalho e de um sem número de horas extras sem o devido pagamento, os empregados da Caixa realizaram um Dia Nacional de Luta, em 4 de abril, contra a extrapolação da jornada, o trabalho gratuito e outros tipos de fraudes. Os protestos tiveram endereço certo: conscientizar o trabalhador pela marcação correta do ponto, aumentando assim a pressão à empresa para o pagamento de todas as horas efetivamente trabalhadas.

Recentemente, porém, a Caixa informou que o login único para acesso aos sistemas corporativos está em fase de implantação. Essa medida tende a ser insuficiente se não vier acompanhada do fim do registro de horas negativas no Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon), e do fim do bloqueio de acesso motivado pela falta de homologação do gestor ou hora extra não acordada. O foco, nesse caso, são condições dignas de trabalho. Para chegar ao patamar de mais respeito aos direitos dos bancários, Jair Ferreira conclama os empregados de todo o país a manterem-se mobilizados em cada local de trabalho. <

Missão Social ou Ação Comercial

O economiário, em certas situações da vida profissional, pode se deparar com “escolha de Sofia”. Este é o impasse terrível em que mãe, no campo de concentração nazista, fica diante da escolha de qual salvar entre seu filho e sua filha.

Esta triste imagem é para se referir à criação do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS). Não o reconheço como “meu filho”. Pelo contrário, quando a ideia começou a ser ventilada por outra área de atuação comercial, embora não tenhamos sido consultados, tínhamos opinião desfavorável, baseada na histórica prioridade da missão social da Caixa. A demanda da sociedade brasileira é mais pelo cumprimento desta do que pelo sucesso de sua ação comercial na administração de recursos de terceiros.

Mas não é o bom desempenho comercial da empresa que resulta em maior lucro e, em consequência, maior participação nos lucros e resultados (PLR)? Neste caso, o economiário deveria esquecer de que é, em última análise, servidor público? Porém, além de ter esse “espírito público”, como trabalhador assalariado ele também não deveria defender seu patrimônio, isto é, o FGTS, para saque em caso de demissão sem justa causa, aposentadoria ou desastre natural?

O FI-FGTS foi criado, em 2008, para com dinheiro público ampliar os investimentos, principalmente, de empreendedores privados em rodovias, ferrovias, energia elétrica e saneamento básico. Outra justificativa era melhorar a rentabilidade dos recursos dos trabalhadores, no FGTS, de 3% ao ano mais TR.

Inicialmente, a atuação do FI-FGTS foi focada na compra de debêntures de empresas. Segundo dados preliminares do balanço de 2011, do patrimônio líquido de R\$ 20,9 bilhões, R\$ 5,4 bilhões estavam aplicados em ações de 17 companhias sem cotação em bolsa de valores, R\$ 9,6 bilhões em debêntures, principalmente do BNDES, entre outros investimentos tipo FIDC, FIP, operação compromissada e títulos de dívida pública.

Como a maioria dos investimentos é de projetos em energia elétrica que ainda estão sendo implementados, os investimentos só darão retorno maior para o FI-FGTS quando estiverem maduros. Enquanto isso não ocorre, trata-se da típica postura Ponzi, sinônimo da autotapeação financeira, quando as dívidas são emitidas para serem “roladas” – e os credores “enrolados”... Há a expectativa de que, a partir de certo momento, com eventos favoráveis, os fluxos de receitas cobrirão os pagamentos necessários para validação das dívidas pendentes.

Além do prejuízo de R\$ 177,4 milhões que já deu a Celpa, distribuidora de energia elétrica do Pará “em recuperação judicial”, outros investimentos feitos pelo FI-FGTS adiaram a data para começar a operar comercialmente. Tudo isso vai diminuir o potencial de rentabilidade do dinheiro do trabalhador. A rentabilidade do FI-FGTS tem ficado abaixo da meta de 6% que deve ser perseguida pela área comercial da Caixa responsável pela administração do fundo. Justamente por causa de aventar esse risco, éramos contra o desvio da finalidade original do FGTS em financiar exclusivamente a habitação.<



Arquivo pessoal

Fernando Nogueira é professor associado do IE-Unicamp, 56. Foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal de 2003 a 2007. fernandonogueiracosta.wordpress.com fercos@uol.com.br

Rio+20 e Cúpula dos Povos: desenvolvimento sustentável e **proteção aos trabalhadores**

Após 20 anos da realização da Eco92, o Brasil será palco de dois grandes eventos internacionais sobre meio ambiente: um é a Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O encontro acontecerá no Rio de Janeiro (RJ), de 13 a 22 de junho deste ano. A ideia da realização dessa Conferência no Brasil foi do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, em 2007, fez a proposta para a Organização das Nações Unidas (ONU).

Paralelamente a esse evento, as organizações e movimentos sociais vão realizar a Cúpula dos Povos, de 15 a 23 de junho, também no Rio de Janeiro. O objetivo é denunciar as causas da crise sócio-ambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo.

A programação será estruturada em três pilares: denunciar as causas estruturais das crises, propor soluções e novos paradigmas dos povos para os problemas, e estimular organizações e movimentos sociais a articularem processos de luta anticapitalista após a Rio+20.

O que há em comum entre os dois eventos? O ecólogo Felipe Amaral, que vai participar de ambos, avalia: **“Existem mais divergências do que consensos nestes dois fóruns. Governos devem atender a pautas mais amplas, incluindo compromissos com outros campos que não estão intimamente ligados a questão ambiental. Estão mais preocupados com indicadores de desempenho econômico do que indicadores ambientais.”**



Foto: Antonio Cruz/ABr

A presidenta Dilma Rousseff durante cerimônia de assinatura do decreto criando a Comissão Nacional e o Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável



Desenvolvimento para os trabalhadores

A CUT vai participar dos dois eventos para defender o ponto de vista dos trabalhadores nas propostas de desenvolvimento sustentável. A secretária Nacional de Meio Ambiente da CUT, Carmen Foro, destaca que o movimento sindical mundial está trazendo propostas muito diferentes das que estão sendo pautadas pela ONU. **“Nós defendemos um modelo de desenvolvimento que leve à criação de empregos, com proteção social”**, ressalta. Ela acredita que o modelo defendido pela ONU está orientado para transformar bens comuns, como o ar e a água, em mercadorias e que o trabalhador precisa ficar atento a essa forma de reorganização do capitalismo.

Carmen Foro critica, por exemplo, o discurso da “energia limpa” produzida no Brasil: “A energia é considerada limpa, mas a que custo?”. Ela explica que as condições de trabalho nos canteiros das usinas hidrelétricas não entram nos cálculos do que a ONU vem chamando de Economia Verde. Além disso, ela aponta que há um forte impacto social: **“Há um inchaço nas cidades que recebem as obras, e a população sofre, por exemplo, com o aumento nos índices de violência e de prostituição infantil.”**

*Acompanhe as novidades
pelos portais: Rio+20 – www.rio20.gov.br
Cúpula dos Povos – cupuladospovos.org.br*

Participação do Fórum de Reforma Urbana

O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), em parceria com a Coalizão Internacional do Habitat (HIC) e a Aliança Mundial dos Habitantes estará presente na Cúpula dos Povos (cupuladospovos.org.br), promovendo a pauta urbana, em defesa de cidades justas, solidárias e sustentáveis. A Fenae faz parte do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) desde 1993 por entender a importância de se fazer planejamento urbano no país e por defender a Caixa Econômica Federal como agente operador de políticas públicas nessa área. A Fenae também representa o segmento dos trabalhadores no Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) que surgiu em 2004 como um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.◀



Brasil se prepara para fazer bonito nas **Paraolimpíadas** de Londres 2012

Faltam menos de seis meses para a cerimônia de abertura das Paraolimpíadas de Londres 2012, marcadas para o período de 29 de agosto a 9 de setembro. Serão 11 dias de confraternização e integração entre 4.200 atletas de 150 países. Vinte modalidades esportivas estarão em disputa. Os atletas portadores de deficiência física e sensorial serão divididos em categorias funcionais, de acordo com a limitação de cada um, para que haja equilíbrio.

O evento de Londres, já considerado a maior edição da história desde 1960, quando ocorreu a 1ª Paraolimpíada, na cidade de Roma, é classificado pelo comitê organizador dos jogos como uma oportunidade ímpar para que um grupo de pessoas, tradicionalmente discriminadas, possa elevar a sua autoestima e provar à sociedade seu valor como atleta e cidadão.

O Brasil começou a participar a partir do ano de 1972. De lá para cá, o país vem galgando posições de destaque no quadro geral de medalhas, a ponto de ter conquistado o 9º lugar nas Paraolimpíadas de Pequim, realizadas em 2008, com 16 ouros, 14 pratas e 17 bronzes. Hoje, por exemplo, o Brasil ostenta o título de Potência Paraolímpica Mundial.

O desporto paraolímpico nacional é conduzido pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), fundado em 1995, mas que, nos últimos anos, vem organizando eventos para o desenvolvimento do paraesporte no país.

A preparação brasileira para as Paraolimpíadas de Londres ainda não está concluída, mas o CPB estima que o país será representado por uma delegação de mais de 190 atletas. Para que as equipes verde-amarelas tenham uma performance ainda melhor do que a conquistada em Pequim, o Ministério do Esporte destinou R\$ 8,5 milhões ao Comitê Paraolímpico Brasileiro.

A Caixa Econômica Federal, na condição de patrocinadora oficial do CPB, tem contribuído para que esse objetivo seja alcançado. Por meio das lotéricas, o investimento do banco no paraesporte brasileiro começou em 2003. E, desde então, tem sido decisivo para o apoio a projetos de inclusão social e de resgate da cidadania e autoestima de pessoas com necessidades especiais. Não há, no entanto, nenhum atleta da Caixa que disputará os jogos de Londres, embora a empresa disponha em seus quadros de empregados que se destacam em competições paraolímpicas de caráter nacional.◀

Atletas das Apcefs em ritmo de preparação para os Jogos da Fenae 2012

Os Jogos da Fenae, o maior e mais empolgante evento esportivo do pessoal da Caixa, se aproximam, e vêm possibilitando que atletas de diferentes gerações e das várias regiões do país se preparem com o apoio das Apcefs. A 10ª edição do evento será realizada na cidade de Vitória, no Espírito Santo, entre os dias 18 e 25 de agosto deste ano. Será uma semana de competições em diversas modalidades.

Para preparar esse megaevento da melhor maneira possível, o diretor-presidente da Fenae, Pedro Eugênio Leite, esteve reunido com autoridades capixabas, como o prefeito João Coser e o vice-governador Givaldo Vieira. Ambos mostraram-se satisfeitos por Vitória ter sido escolhida sede dos Jogos da Fenae, prometendo empenharem-se para que esta seja a melhor edição da história desses jogos.

A preparação dos atletas tem sido intensa. Para isso, a maioria das Apcefs vem promovendo eventos de integração para definir suas delegações. O objetivo, nesse caso, é a conquista do pódio. É esperar para ver!◀





Marçal Tupã-y, a palavra e a alma do povo guarani

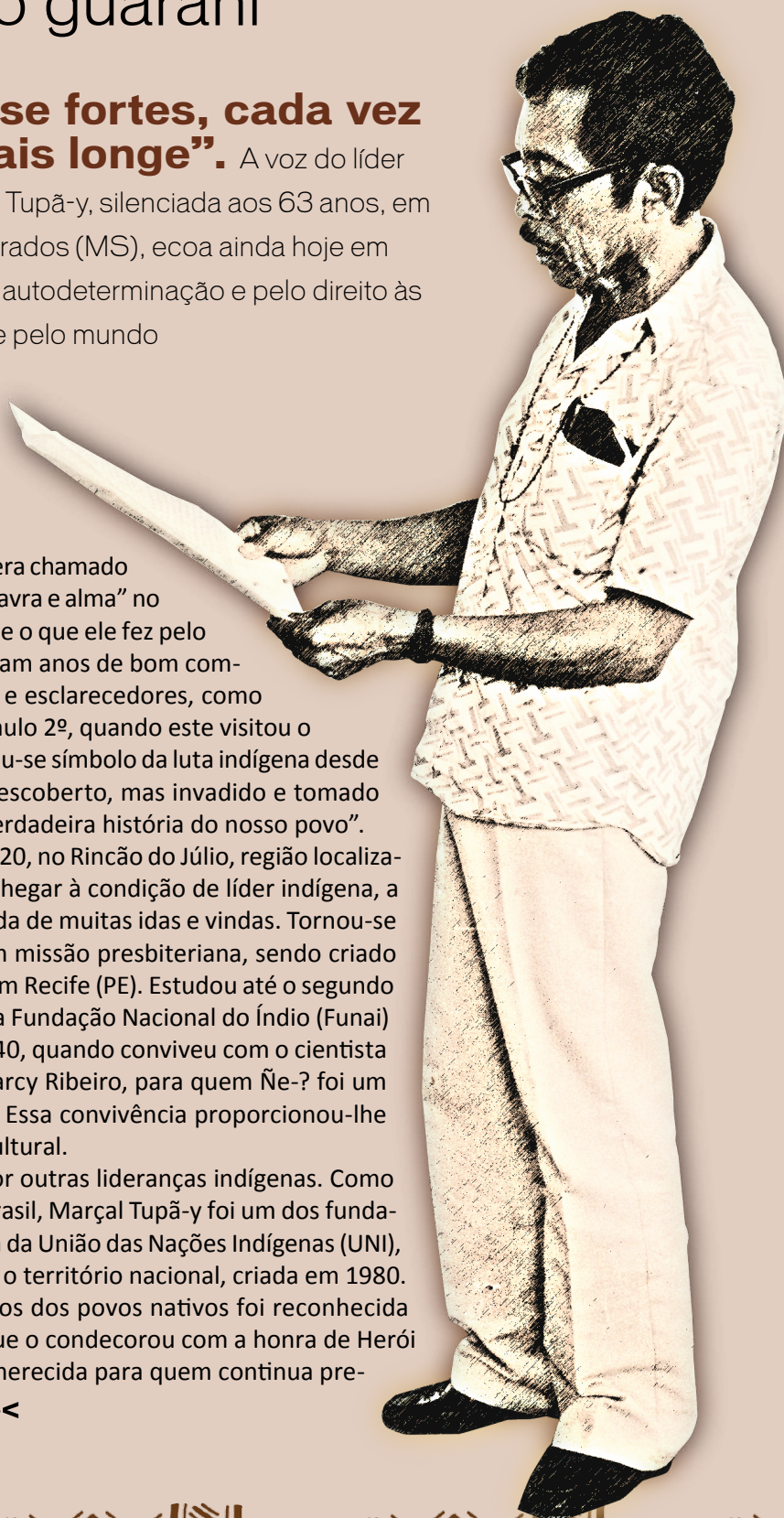
Unam-se e façam-se fortes, cada vez mais atuantes e mais longe”.

A voz do líder indígena Guarani Marçal de Souza Tupã-y, silenciada aos 63 anos, em 25 de novembro de 1983, em Dourados (MS), ecoa ainda hoje em cada luta dos povos indígenas por autodeterminação e pelo direito às suas terras ancestrais, pelo Brasil e pelo mundo

Na língua guarani, Marçal Tupã-y era chamado de Ñe-?, nome que significa “palavra e alma” no português, e que tão bem define o que ele fez pelo povo indígena e pela raça humana. Foram anos de bom combate e discursos tocantes, inteligentes e esclarecedores, como o que foi proferido para o Papa João Paulo 2º, quando este visitou o Brasil pela primeira vez, em 1980. Tornou-se símbolo da luta indígena desde então, ao dizer que “o Brasil não foi descoberto, mas invadido e tomado dos indígenas. Esta é, santo padre, a verdadeira história do nosso povo”.

Ele nasceu na véspera de Natal em 1920, no Rincão do Júlio, região localizada na cidade de Ponta Porã (MS). Até chegar à condição de líder indígena, a trajetória de Marçal Tupã-y foi carregada de muitas idas e vindas. Tornou-se órfão aos oito meses e foi educado em missão presbiteriana, sendo criado pela família de um oficial do Exército, em Recife (PE). Estudou até o segundo ano do ensino médio, foi enfermeiro da Fundação Nacional do Índio (Funai) e retornou a Ponta Porã na década de 40, quando conviveu com o cientista social Egon Shaden e o antropólogo Darcy Ribeiro, para quem Ñe-? foi um brilhante intelectual orgânico guarani. Essa convivência proporcionou-lhe acesso ao conhecimento científico e cultural.

O legado que deixou foi assumido por outras lideranças indígenas. Como militante do movimento indígena no Brasil, Marçal Tupã-y foi um dos fundadores e integrante da primeira diretoria da União das Nações Indígenas (UNI), entidade que congrega índios em todo o território nacional, criada em 1980. A importância de sua luta pelos direitos dos povos nativos foi reconhecida recentemente pelo governo federal, que o condecorou com a honra de Herói Nacional do Brasil. Uma homenagem merecida para quem continua presente na memória da luta de seu povo.◀





Apcef/ES abre as portas aos atletas dos **Jogos da Fenae**

A Apcef do Espírito Santo está trabalhando a pleno vapor para receber os mais de dois mil atletas que vão participar dos Jogos da Fenae 2012, em Vitória, de 18 a 25 de agosto. A sede social, que fica próxima às praias de Bicanga e de Manguinhos, no município de Serra, vai sediar a final do futebol society e a festa de encerramento, quando será conhecida equipe campeã do evento esportivo.

Segundo o presidente da associação, Titony Barcellos Passos, a estrutura está a disposição dos atletas e acompanhantes para que possam

desfrutar de momentos de lazer, após as disputas esportivas. “Estamos empenhados em fazer um evento inesquecível”, enfatizou.

A sede social da Apcef/ES é cercada de muito verde, com projeto paisagístico que torna o espaço agradável e propício para momentos de diversão e lazer. O clube da associação possui parque aquático com piscinas adulto e infantil, além de toboágua.

Possui também campos de futebol society e futebol de areia, churrasqueiras, salão de jogos com mesas de sinuca, pingue-pongue e totó, raias de bocha, quadras de tênis e poliesportiva. <



Pousada

Inaugurada no final de janeiro deste ano, a pousada da Apcef/ES tem 12 apartamentos. A unidade já funcionava com apenas quatro apartamentos, e foi ampliada com apoio financeiro da Fenae, como parte do projeto de fortalecimento das entidades do movimento associativo dos empregados da Caixa.

Festa na Apcef

Associações comemoram aniversários com apoio da Fenae



Apcef/PR contou com Elvis Presley Cover para animar a festa

A Fenae está apoiando as Apcefs na comemoração de seus aniversários com eventos especiais. Para isso, as associações enviam projetos com a programação, que podem incluir atividades culturais e esportivas. O apoio foi definido na reunião do Conselho Deliberativo Nacional (CDN), realizada em dezembro de 2011, visando fomentar cada vez mais a integração dos associados das Apcefs e aproximar os empregados da Caixa que ainda não integram o movimento associativo.

As comemorações já começaram. A primeira foi da Apcef/AP (14 de janeiro), junto com a homenagem aos aposentados. Outras quatro Apcefs também realizaram eventos: Apcef/PR (8 de março), com atração musical e sorteios de prêmios referentes a promoções da entidade; Apcef/SP (31 de março) com atividades esportivas e show de Kiko Zambianchi; Apcef/MG (21 de abril), com show de João Bosco e Quarteto, e Apcef/BA (22 de abril), almoço e apresentações musicais.

Em maio, já está com a programação definida a Apcef/GO. A comemoração acontecerá após o encerramento da Corrida do Pessoal da Caixa, no dia 27. Será realizado churrasco em sua sede social.

As programações das demais Apcefs serão divulgadas no portal da Fenae (www.fenae.org.br) e no Twitter (@sigafenae). Acompanhe e participe!<



A diretora de Cultura da Fenae, Ely Freire, prestigiou a festa na Apcef/AP



Em São Paulo, a festa da Apcef teve show de Kiko Zambianchi



Carmen Rejane Ramos

Circuito Cultural incentiva e premia quem faz arte

“Os concursos são importantes para incentivar as pessoas a pensarem em arte, não ficar só pensando em números”

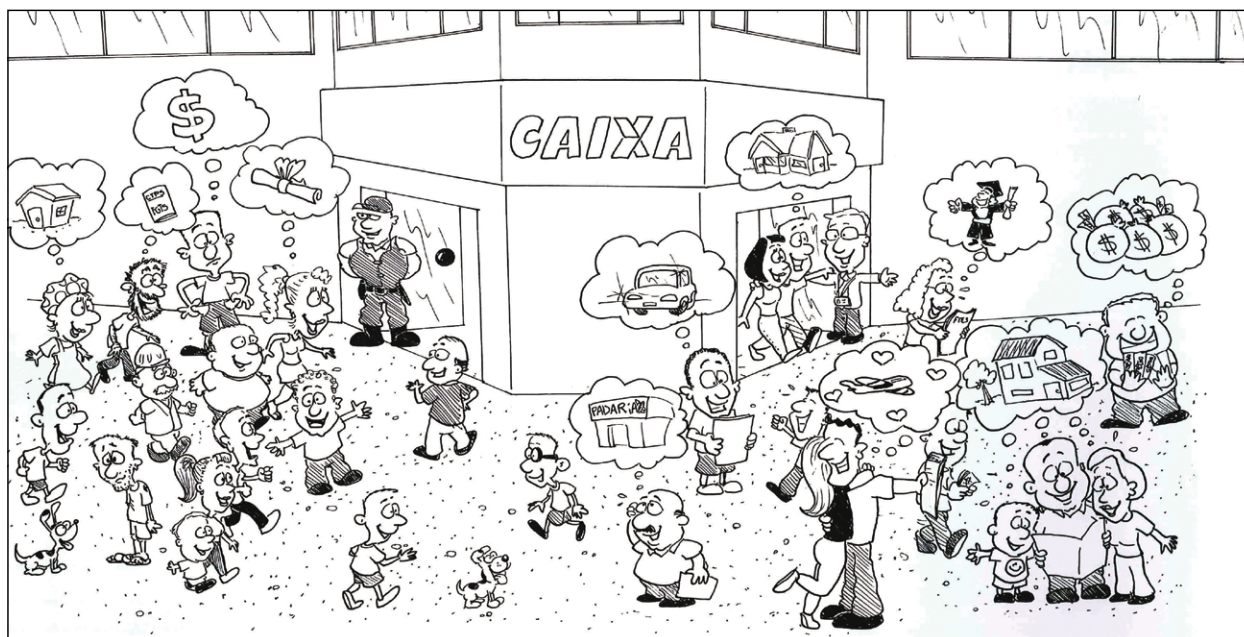
Formada em artes plásticas, a empregada da Caixa Carmen Rejane Ramos, lotada no Rio Grande do Sul, viu no Circuito Cultural Fenae uma oportunidade de continuar fazendo uma atividade que gosta muito: desenhar e pintar. Ela foi a vencedora do concurso Ilustração, que teve o resultado divulgado em 5 de abril. Na casa de Carmem, o circuito está presente também na vida das duas filhas Gabriela Ramos Zambrozuski e Diana Ramos Zambrozuski, que já participaram e ganharam prêmios no concurso de desenho infantil.

O concurso Ilustração também premiou outros três empregados da Caixa: Jessé Leandro Fleischauer, Carazinho (RS) – segundo lugar; Ana Beatriz Ishida de Alvarenga, São Paulo (SP) – terceiro lugar; e Fabio Rodrigo Sene, Indaiatuba (SP) – 1º lugar no júri popular.

Todos eles receberam prêmios em pontos para serem trocados por produtos das empresas conveniadas ao Mundo Caixa (www.mundocaixa.com.br) além de troféus. Para ver o resultado, acesse www.fenae.org.br/cc/ilustracao2011/premiados.

Outros concursos

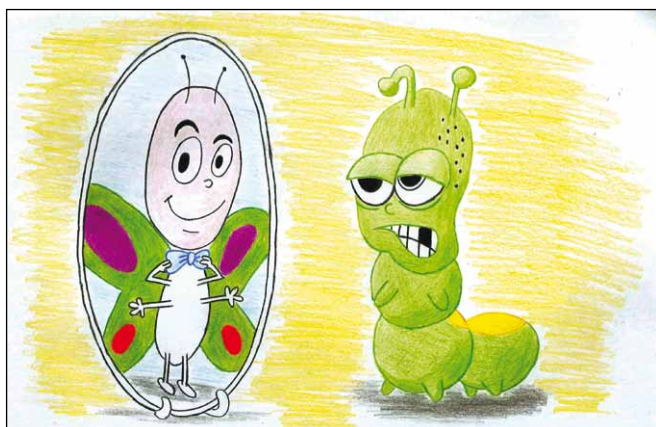
O concurso Texto Fenae está na fase de avaliação dos trabalhos. O próximo a ser lançado é o de pintura, que permitirá ao participante usar a técnica que desejar. Acompanhe pelo portal www.fenae.org.br e pelo twitter @sigafenae o andamento dos concursos e participe!



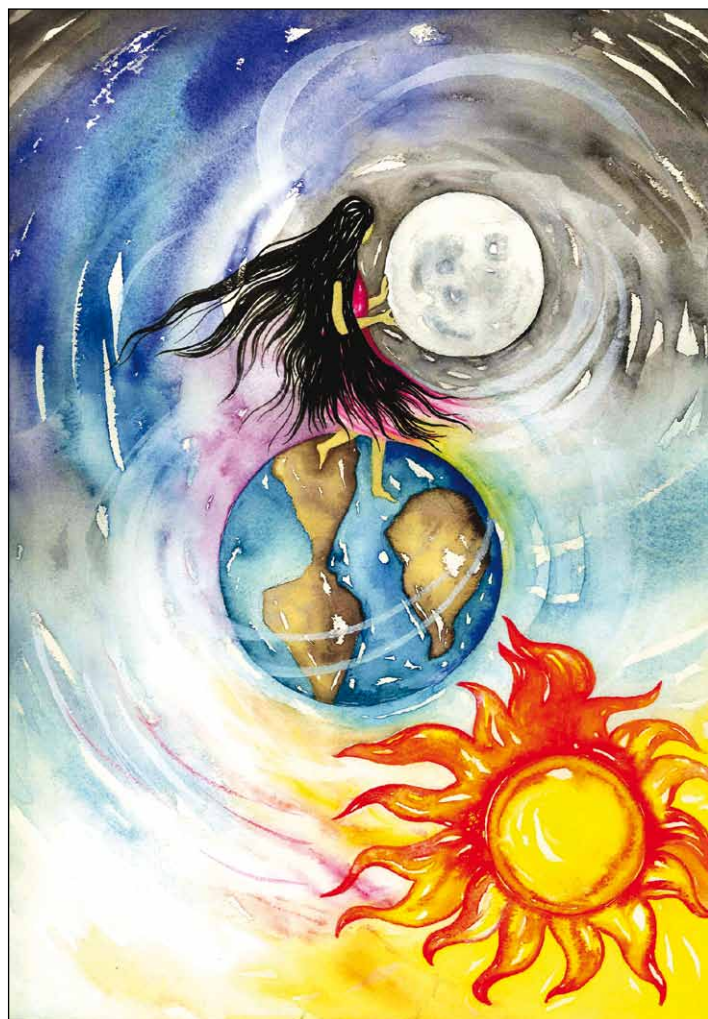
2º Lugar – Título: A caixa faz uma reviravolta na vida dos brasileiros – Autor: **Jessé Leandro Fleischauer**
Lotação: Agência Sarandi - RS – Prêmio: 80.000 pontos e troféu



1º Lugar – Título: *A porta para o Século XXI*
 Autora: **Carmen Rejane Ramos**
 Lotação: Agência Osório - RS
 Prêmio: 100.000 pontos e troféu



Júri popular – Título: *Metamorfose*
 Autor: **Fabio Rodrigo Sene**
 Lotação: GI Fundo Garantia - Cidade: Campinas - SP -
 Prêmio: 40.000 pontos e troféu



3º Lugar – Título: *Numa reviravolta, empurrou a lua e fez anoitecer*
 Autora: **Ana Beatriz Ishida de Alvarenga**
 Lotação: Agência Vieira de Moraes - SP
 Prêmio: 40.000 pontos e troféu



Gilberto Feine, associado da Apcef/RS, é o vencedor do concurso Animação 2011, do Circuito Cultural da Fena. Ele foi premiado com 100 mil pontos para resgate no site do Mundo Caixa, e recebeu troféu e certificado de participação.

“Gosto de participar e convido a todos os associados a participarem dessas promoções organizadas pela Fena. É gratificante.”

Foram premiados ainda no concurso: Luiz Fernando Moreira Mello (2º lugar e vencedor do júri popular), de Florianópolis (SC), e Geraldo do Carmo Petrini (3º lugar), de Santa Barbara D’Oeste (SP). <



Por onde você anda?

A rede social Foursquare serve para você compartilhar com seus amigos o lugar onde está, e também compartilhar dicas a respeito do lugar que você está frequentando no momento. Quando você registra no Foursquare onde você está, esse dado é chamado de “Check-in”. Você pode fazer “check-in” em bares, parques, museus e restaurantes, e deixar recados. Por exemplo: se você entrou em um restaurante e não gostou de determinada comida, você pode deixar um recado para que a próxima pessoa que fizer “check-in” pelo Foursquare saiba de qual prato você não gostou. Saiba o que estão dizendo sobre os locais que você frequenta! www.foursquare.com

Um mural virtual

Imagine um mural de recados onde se pregam frases, lembretes, ou imagens importantes que lhe ajudam a manter a organização do dia a dia. Agora imagine que esse mural caseiro e personalizado possa ser compartilhado online, num ambiente onde você pode emprestar imagens e dicas de outras pessoas, e vice-versa. Parece complicado, mas a rede social Pinterest surpreende pela simplicidade com que agrega diversas funções. Pelo portal, é possível compartilhar fotos, artigos para ler mais tarde, livros que deseja ter, vídeos, fazer listas de compras e muito mais de uma forma leve e descontraída. Assim como no Twitter e Facebook, é possível replicar conteúdo de terceiros – o que no Pinterest é chamado de “Repin”. Entre e fique à vontade: www.pinterest.com

Palpites futebolísticos

Será que você realmente entende mais de futebol dos que os comentaristas esportivos que apitam por aí? Pois já existe um portal onde é possível registrar seus palpites futebolísticos até minutos antes do início de uma partida. Além disso, também é possível avaliar o desempenho do seu time de futebol durante as partidas e dar notas para os jogadores. O sistema, que atualmente trabalha com os 12 maiores clubes brasileiros, calcula todos os seus registros e lhe atribui pontos, conforme seus acertos, e no final exibe sua classificação em relação a outros torcedores cadastrados no portal. Dê o seu palpite! www.palpiteros.com



Atualize seu bem-estar

Equipamentos
Dell com o
melhor preço



"Top" de linha

Conheça o
país e nossa
rica cultura



Viagem inesquecível

Atualização de
eletros com para
o seu conforto



Geladeira NOVA

Invista em seu
futuro com
cursos à distância



Pós/Especialização

Atualização de
eletros com o
melhor preço



Fogão NOVO

Veículos com
descontos
especiais



Carro 0 km

Hotéis, Pousadas,
Resorts, várias
opções à sua escolha



Melhor férias de sua família

Convênios Fenaes. Reunimos produtos e serviços para o seu bem-estar.



mabe



DAKO

Electrolux

Pensando em você



The power to do more



Sm@rt



Turismo &
Representações



CASTRO'S PARK HOTEL



San Raphael Hotel



Apcef:
descubra a
importância
de ser
associado

Sua



FENAE



APCEF



APCEF

O benefício que
você conquistou